

Bom dia, bem-vindos e bem-vindas a um debate urgente: o do financiamento dos media em Portugal.

Todos conhecemos o diagnóstico: a comunicação social é um setor em crise acentuada e prolongada, enfrentando graves problemas de sustentabilidade.

A existência de uma imprensa livre e independente é a essência da democracia. Os media desempenham uma relevante função social de escrutínio e vigilância, com garantias de pluralismo e diversidade, rigor e isenção.

Por isso, as políticas públicas não podem ignorar as dificuldades de sobrevivência das empresas de comunicação, nem o crescente desemprego entre os jornalistas, bem como os salários indignos e os vínculos precários destes profissionais treinados para reforçarem a capacidade de lermos o mundo que nos rodeia, para tomarmos decisões conscientes e esclarecidas.

O retrato traçado pelo estudo realizado pelo ISCTE para o último Congresso dos Jornalistas é assustador:

- um terço dos jornalistas exerce a profissão sem vínculo laboral; se lhes juntarmos os jornalistas com contrato a termo, o número aumenta para quase metade
- um terço recebe menos de 700 euros líquidos por mês e 11,6% só chega aos 500 euros.

Isto apesar de ser uma profissão com um elevado nível de qualificações académicas, sujeita a pressões constantes e constrangimentos vários – e, sobretudo, com uma responsabilidade social muito acima dos valores praticados.

O setor nunca esteve tão frágil e tempos excecionais exigem medidas excecionais.

Em resposta à premência do tema – e também ao repto de Sua Excelência o Presidente da República para que se reflita e se tome medidas sobre esta “situação de emergência” –, o Sindicato dos Jornalistas convocou 40 oradores para, durante dois dias, partilharem as suas ideias e propostas.

Convocámos ainda todos os jornalistas portugueses a darem o seu contributo através de um email criado especialmente para o efeito. As comunicações que recebemos já estão publicadas na página da conferência. Quem quiser, ainda pode enviar até ao final da semana.

A seguir à conferência, o Sindicato dos Jornalistas apresentará uma proposta aos poderes executivo e legislativo, da qual já fazem parte algumas medidas concretas, mas que ainda está aberta a contributos que surjam nesta conferência e nos pareçam relevantes.

Traçado o quadro, é imperioso debater o papel do Estado na comunicação social. Não nos parece que o caminho seja o de qualquer intervenção direta do Estado neste setor, mas esta discussão não pode continuar refém do passado associado à ditadura e à censura. São outros os tempos e devemos refletir sobre isto sem tabus. Com a firme convicção de que o jornalismo é um bem público, quer seja prestado por públicos ou privados, consideramos que o Estado pode, e deve, fazer mais.

Os apoios do Estado são banais nos países nórdicos, em França, na Bélgica... o que essas experiências nos dizem, umas mais bem sucedidas do que outras, é que, independentemente do modelo escolhido, tem de haver critérios rigorosos e transparentes na sua aplicação.

Sobre a atual intervenção do Estado, nomeadamente no que diz respeito ao serviço público de rádio e televisão e da única agência de notícias do país, assinalamos:

RTP e Lusa têm cumprido os contratos com o Estado num cenário de contenção e desinvestimento, que passou pela redução das suas redes nacional e internacional, com impacto real no pluralismo e na diversidade da cobertura jornalística.

Assim, defendemos: o reforço do orçamento da Lusa e da RTP para que continuem a assegurar um serviço público de qualidade. E apelamos ao fim dos bloqueios à contratação de novos jornalistas.

Deixamos ainda uma pergunta: havendo um serviço público de agência, rádio e televisão, faz ou não sentido haver um serviço do mesmo tipo na imprensa escrita e na digital? Pode a taxa de contribuição com que os cidadãos financiam o serviço público de rádio e televisão ser alargada ao setor da imprensa, nacional, regional e local, de longe o mais afetado pela crise?

Acreditamos que o Estado pode fazer mais:

- pode criar regras específicas de governança para um setor que não pode ser encarado como um mero negócio e continuar sujeito a erros de gestão como até aqui e numa crescente espiral de concentração
- pode, à semelhança do que já acontece noutros setores, obrigar os administradores e os diretores de grupos de comunicação social a um escrutínio de independência, idoneidade e competência

- pode dotar o regulador de meios para supervisionar a transparência dos negócios e fiscalizar a governança dos órgãos de informação, e dar-lhe poderes efetivos para sancionar as empresas por violações das leis e dos princípios que regulam o exercício do jornalismo
- pode, no quadro de um plano de credibilização, distinguir órgãos de informação dos mais latos órgãos de comunicação social e obrigar os primeiros a terem um provedor, cujas posições sejam tornadas públicas, e também um conselho de redação
- pode reduzir impostos e aliviar os custos de produção/distribuição
- pode repensar o porte pago para valores que permitam, realmente, ajudar à sustentabilidade da imprensa regional e local
- pode aumentar os incentivos e os benefícios fiscais para as empresas de comunicação
- pode obrigar as empresas de clipping a pagarem mais pela utilização de conteúdos jornalísticos e fiscalizar devidamente a sua atividade
- em matéria de benefícios fiscais para os cidadãos, pode permitir deduções fiscais e, por exemplo, que estes consignem parte do seu IRS a um órgão de informação, como já fazem, tantas vezes, para outro tipo de organizações e associações
- em matéria de educação, pode garantir que as escolas têm acesso gratuito a edições impressas e assinaturas digitais de órgãos de informação, generalizar a disciplina de Literacia Mediática a todos os níveis de ensino e continuar a investir em programas que a promovam, o que o Ministério da Educação já fez este ano e fará no próximo

- pode assegurar que todos os organismos públicos – nacionais, regionais e locais – disponibilizam edições impressas ou digitais nos espaços de atendimento ao público
- pode assegurar que os transportes públicos disponibilizam o acesso a órgãos de informação, nomeadamente a edições impressas ou digitais
- à semelhança do que já acontece em França, pode oferecer subscrições de órgãos de informação a cada jovem que entre na universidade

Mas não é só o Estado – e com ele os seus poderes executivo e legislativo – que queremos chamar à discussão. É a democracia que está em causa, portanto todos estamos convocados:

– são convocadas as empresas de comunicação social, muitas das quais com dimensão de grandes grupos económicos, cujos modelos de gestão têm sucessivamente falhado, sem que daí se tenha retirado as devidas consequências. O esvaziamento de redações e a perda de capital humano, negociando saídas de jornalistas experientes e contratando jovens, com salários baixos e vínculos laborais frágeis, tem sido uma opção recorrente das empresas, como medida compensatória para as perdas financeiras. A gestão, essa, segue impune, mesmo quando é, aos olhos de quem queira ver, danosa.

– é convocada a sociedade civil, quer as grandes fundações, que podem, por exemplo através da criação de bolsas, como tem feito a Fundação Calouste Gulbenkian, apoiar jornalistas e projetos independentes; mas também as grandes empresas, que, através, das suas áreas de responsabilidade social, podem devolver uma parte dos seus lucros à formação de uma sociedade informada e esclarecida

– são convocados os jornalistas, que têm de responder a este estado de coisas com melhor jornalismo, que escrutine e verifique, e não podem continuar numa torre de marfim, fechados ao que se passa à sua volta, num cenário de comunicação democrático e participativo, que, sob mediação e com contexto, pode, efetivamente, fortalecê-lo

– são convocados todos os cidadãos, que precisam de perceber quão importante é apoiarem o jornalismo credível, livre e independente, num contexto de desinformação como este em que vivemos, e decidir o que estão dispostos a fazer para continuar a usufruir dele.

Dito isto, falemos agora das grandes plataformas multinacionais, como a Google e o Facebook, que temos de responsabilizar pela utilização de conteúdo que não lhes pertence, sem pagarem o que ele vale, e também pela disseminação cega de conteúdos falsos que atacam diariamente o jornalismo sério e credível, inclusivamente plagiando-o e deturpando a sua informação.

Dizer que Portugal, sozinho, não consegue é apenas uma desculpa para continuar a olhar para o lado. Alguém tem de começar e não seria a primeira vez que este país seria precursor.

É fundamental encontrar uma forma de obrigar fiscalmente operadores internacionais de plataformas, motores de busca, redes e canais temáticos, que escapam à tributação nacional.

Há um ano, os partidos políticos, da esquerda à direita, acompanharam as preocupações do Presidente da República e admitiram debater o papel do Estado – resta agora saber se vão tomar iniciativas concretas para o fazerem.

Com a certeza de que o risco de definhamento do jornalismo é um assunto de “emergência nacional”, em nome da preservação de uma sociedade democrática, apelamos a uma discussão franca. E que daqui saiam passos concretos no sentido da preservação de um bem público fundamental.

Está na altura de, juntos, salvarmos o Jornalismo. Sob pena de, dentro de pouco tempo, já não haver nada para salvar.